

4968

Retirada de posseiros cria tensão em Goiás

O delegado da Fundação Nacional do Índio (Funai), em Araguaína, Gilberto Azanha, denunciou ontem o Secretário de Segurança Pública de Goiás, deputado José Freire (PMDB), como responsável por "qualquer conflito que possa surgir na área dos "Apinagé" recentemente demarcada pelo Exército. José Freire tem instruído os políticos daquela localidade para orientarem os posseiros, que ocupam ilegalmente a reserva, no sentido de não assinarem o recibo de indenização das benfeitorias realizadas e também de não se retirarem da área sob a promessa de que o decreto demarcatório será revisto.

— Isso é impossível judicialmente, uma vez que o prazo para recurso contra a medida adotada pelo Governo de demarcar a reserva de 142.600 hectares expirou no último dia 15, acentuou Azanha.

Ele explicou que, com a conclusão da demarcação na semana passada, a Funai decidiu que no dia 22 último faria o pagamento aos posseiros, que então se retirariam da reserva indígena. As cartas convocatórias foram expedidas e vários avisos foram feitos através da Rádio Nacional, tendo sido montado um esquema de atendimento aos posseiros com a instalação de três postos.

O 3º Batalhão da PM, que colaborou na demarcação da reserva, comunicou na última segunda-feira à Funai, que o comando da PM de Goiás não havia autorizado sua presença na área e, por isso, não poderia ajudar no trabalho de pagamento dos posseiros.

A Funai foi informada que a Polícia Militar tomou essa decisão atendendo ordens do secretário de Segurança de Goiás, com a justificativa da existência da expectativa de que o decreto da Velha República seja alterado, reduzindo a reserva. Para acabar com a tensão verificada na disputa das terras, a Funai se comprometeu a retirar os posseiros assim que a reserva fosse demarcada. Como ainda persiste a situação, os Apinagé concederam um prazo de 15 dias para retirar os posseiros "de qualquer maneira".

O ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro, pediu ao ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, que convoque uma reunião "imediate com o Grupo de Trabalho Interministerial — o Grupão —, para aprovar a proposta da Funai sobre a identificação da reserva Caiapó, no Sul do Pará. Aprovada pelo grupo, a proposta será levada ao presidente José Sarney, no Palácio do Planalto.

A medida — com a assinatura pelo presidente da República do Decreto permitindo a delimitação da área indígena — será o primeiro passo para a homologação da demarcação definitiva, solucionando o conflito entre os índios da aldeia Gorotire e os garimpeiros da grota Maria Bonita.

Pelo Decreto n° 66.116, de 23 de fevereiro de 1963, a demarcação das terras dos Caiapós tem que ter a aprovação de um grupo de trabalho formado pela INTERPA (Instituto de Terra do Pará), In-cra, Getat, Funai, DNPM, Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário e Ministério do Interior. Dessa forma, embora os estudos preliminares de identificação e delimitação da área sejam

feitos pela Funai (que baseada em consenso histórico e situação da reserva, faz a proposta) o parecer conclusivo é do grupão.

Mas o processo demarcatório não pára aí. A etapa seguinte é o encaminhamento da proposta, aceita oficialmente pelos ministros Nelson Ribeiro e Ronaldo Costa Couto, já em forma de minuta para o presidente José Sarney. O presidente então assinará o Decreto que autorizará a demarcação física, encaminhado para a Funai. Feita a delimitação da área, a Funai torna a submetê-la ao Grupão, que dá o parecer conclusivo. Mas a aprovação definitiva ainda dependerá dos ministérios de Reforma e Desenvolvimento Agrário e Interior, para que seja feita a homologação da demarcação. A etapa final é da Funai, registrando o Decreto homologado no registro do Serviço do Patrimônio da União.